MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

PRR 3ª REGIÃO
MPF

Processo Seletivo para o Programa de Estágio da PRR/3ª Região - 2º Semestre/2008
Prova B3

Parte I – Prova Objetiva

1. **A respeito do tema doação inoficiosa, é correto afirmar que:**

a) é aquela realizada verbalmente, sem observância da forma prescrita.
b) é aquela que não resguarda a legítima dos herdeiros necessários.
c) é aquela feita pelo cônjuge adúltero a sua concubina.
d) é aquela feita pelos cônjuges, quando o regime matrimonial for o da obrigatória separação de bens.

2. **Assinale a alternativa incorreta:**

a) a decadência pode decorrer da lei ou da vontade das partes.
b) a decadência e a prescrição sempre podem ser reconhecidas de ofício, em qualquer grau de jurisdição.
c) a decadência prevista em lei não pode ser objeto de renúncia.
d) não corre a prescrição contra os absolutamente incapazes.

3. **Havendo mais de um credor numa mesma obrigação:**

a) haverá, necessariamente, solidariedade ativa.
b) haverá, necessariamente, solidariedade passiva.
c) haverá solidariedade ativa, se assim dispuserem as partes ou a lei.
d) haverá solidariedade passiva, se assim dispuserem as partes ou a lei.

4. **Sobre a extinção das obrigações, assinale a alternativa correta:**

a) a prescrição é forma de extinção da obrigação sem pagamento.
b) o pagamento feito ao credor putativo não libera o devedor de boa-fé.
c) não tem validade o pagamento feito por terceiro.
d) todas as alternativas estão corretas.

5. **Sobre os elementos acidentais do negócio jurídico, assinale a alternativa correta:**

a) condição resolutiva é aquela que, uma vez implementada, põe fim ao negócio jurídico.
b) condição é cláusula acessória que subordina os efeitos do negócio jurídico a um evento futuro e certo.
c) nos negócios jurídicos sujeitos a termo, nos meses com 31 dias, considera-se "meado" o seu 16º dia.
d) todas as afirmativas estão corretas.

6. **O artigo 3º da Lei de Introdução ao Código Civil (LICC) determina que *"ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece"*. Assim, é correto afirmar que:**

a) não se admite, no direito brasileiro, a figura do erro de direito.
b) o novo Código Civil admitiu expressamente a figura do erro de direito (art. 139, III), havendo, portanto, conflito de normas entre o Decreto-Lei nº 4.657/42 (LICC) e a Lei nº 10.406/02 (Código Civil), a se resolvido mediante o critério cronológico.
c) o novo Código Civil admitiu expressamente a figura do erro de direito (art. 139, III), havendo, portanto, conflito de normas entre o Decreto-Lei nº 4.657/42 (LICC) e a Lei nº 10.406/02 (Código Civil), a se resolvido mediante o critério hierárquico.
d) o erro de direito, admitido expressamente pelo artigo 139, III, do Código Civil, não se confunde com o desconhecimento da lei, estando em harmonia com o disposto no artigo 3º da LICC.

7. **Sobre a capacidade é correto afirmar que:**

a) o absolutamente incapaz não pode figurar como parte em negócios jurídicos.
b) o absolutamente incapaz não pode praticar, pessoalmente, negócios jurídicos, dependendo, para tanto, de assistência.
c) o absolutamente incapaz não pode praticar, pessoalmente, negócios jurídicos, dependendo, para tanto, de representação.
d) nenhuma das anteriores.

8. **Um bem será indivisível sempre que:**
a) não puder ser fracionado em partes distintas.
b) o seu fracionamento implique em alteração de sua substância, do uso a que se destina, ou diminuição considerável de seu valor.
c) a lei assim o determinar.
d) as alternativas b e c estão corretas.

9. **São pessoas jurídicas de direito público interno:**
a) a União, as autarquias e os partidos políticos.
b) os Estados, os Municípios e os distritos.
c) a União, o Distrito Federal e os Territórios.
d) as autarquias, os partidos políticos e as câmaras legislativas.

10. **Sobre a compra e venda, não é correto afirmar que:**
a) venda a contento é sujeita a condição suspensiva, e só se reputará perfeita quando o adquirente manifestar seu agrado.
b) o preço poderá ser fixado em função de índices ou parâmetros, desde que suscetíveis de objetiva determinação.
c) a fixação do preço poderá ser deixada ao arbítrio exclusivo de uma das partes, ou, ainda, ao arbítrio de terceiro.
d) a retrovenda só se aplica a bens imóveis.

11. **Assinale a alternativa errada:**
a) são princípios que solucionam o conflito aparente de normas: especialidade, subsidiariedade, consunção e alternatividade.
b) a lei especial prevalece sobre a geral.
c) norma especial é a norma que possui todos os elementos da norma geral e mais alguns, denominados especializantes, que trazem um *minus* ou um *plus* de severidade.
d) o princípio da consunção soluciona o conflito aparente de normas quando um fato menos amplo e menos grave absorve outros mais amplos e graves.

12. **É atenuante da pena:**
a) o fato do agente ser menor de 21 anos de idade na data do fato.
b) ser o agente maior de 55 anos.
c) ter o agente praticado o crime para ocultar outra conduta delitiva.
d) ter sido o crime tentado.

13. **Consoante a lei brasileira, considera-se:**
a) praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
b) lugar do delito é aquele em que ocorreu o evento ou o resultado, se o crime foi praticado em mais de dois Estados da Federação.
c) como extensão do território nacional, as embarcações e aeronaves estrangeiras que se encontrem em alto-mar ou no espaço aéreo correspondente, se as autoridades estiverem em missão diplomática.
d) aplicável o princípio da territorialidade aos fatos puníveis no território nacional, desde que praticado por brasileiros.

14. **A diferença entre crime e contravenção reside tão-somente:**
a) na pena
b) na culpabilidade
c) no fato de que esta última admite livramento condicional.
d) no fato de que esta última não admite o reconhecimento, pelo Juiz, da reincidência.

15. **O arrependimento posterior:**
a) é causa facultativa de diminuição de pena.
b) só pode incidir sobre crimes cometidos sem violência ou grave ameaça.
c) é causa obrigatória de suspensão da pena.

d) não pressupõe a produção do resultado.

16. **Não são brasileiros natos:**

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil pelo período de quinze anos.
c) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente.
d) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

17. **Conforme o artigo 5º, § 3º, da Constituição Federal, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos serão equivalentes às:**

a) emendas constitucionais, se aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros.
b) leis complementares, se aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, pela maioria absoluta dos respectivos membros.
c) emendas constitucionais, se aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
d) leis complementares, se aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em turno único, pela maioria absoluta dos respectivos membros.

18. **Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa do Congresso Nacional e de suas Comissões serão tomadas por:**

a) maioria absoluta dos votos, presentes dois terços de seus membros.
b) dois terços dos votos, presentes todos os seus membros
c) maioria absoluta dos votos, presentes três quintos de seus membros.
d) maioria dos votos, presentes a maioria absoluta de seus membros.

19. **Segundo o princípio do juiz natural:**

a) ninguém poderá ser processado nem sentenciado, senão pela autoridade competente.
b) somente haverá juízo ou tribunal de exceção nos casos previsto em lei.
c) o Poder Judiciário pode apreciar quaisquer lesão ou ameaça a direito.
d) após proposta a ação, torna-se impossível a alteração da autoridade que irá julgá-la.

20. **No tocante aos direitos à reunião e à associação, pode-se afirmar que:**

a) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.
b) a criação de associação independe de autorização estatal, porém o Estado pode intervir em seu funcionamento.
c) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, com prévia autorização da autoridade competente.
d) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas por decisão judicial transitada em julgado.

21. **Com relação ao controle de constitucionalidade no direito brasileiro:**

a) o controle repressivo, efetuado após a entrada em vigor da lei, só pode ser realizado pelo Poder Judiciário.
b) o Brasil adota o controle jurisdicional misto, uma vez que ele pode ser realizado tanto pelo Poder Judiciário, como pelo Poder Legislativo.
c) o Congresso Nacional pode realizar controle de constitucionalidade ao apreciar medida provisória.
d) o controle concentrado pode ser feito por qualquer órgão do Poder Judiciário.

22. **Não se inclui na competência privativa do Presidente da República:**

a) decretar o estado de defesa e o estado de sítio.
b) prover e extinguir cargos públicos federais, na forma da lei.
c) vetar projetos de lei ou de emenda constitucional, total ou parcialmente.

d) manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos.

23. **A Constituição poderá ser alterada mediante proposta:**

a) de um quarto, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
b) de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, com aprovação, em cada uma delas, da maioria relativa de seus membros.
c) do Presidente e Vice-Presidente da República
d) de um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

24. **Não gera a perda ou a suspensão dos direitos políticos:**

a) improbidade administrativa.
b) infidelidade partidária.
c) condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
d) incapacidade absoluta.

25. **Quantos aos direitos fundamentais, é correto afirmar que:**

a) são imprescritíveis e absolutos, sendo vedada qualquer forma de limitação.
b) os direitos de primeira geração caracterizam-se por exigirem uma abstenção do Estado, em respeito à liberdade individual.
c) são renunciáveis e disponíveis, tendo em vista a autonomia da vontade
d) os direitos de segunda geração constituem-se em direitos titularizados pela coletividade, baseados no princípio da solidariedade.

26. **Assinale a alternativa incorreta:**

a) pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro, que tiver interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma delas, poderá intervir no processo para assisti-la.
b) cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo e todos devem ser intimados dos respectivos autos.
c) há litisconsórcio facultativo quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver que decidir a lide de modo uniforme para todas as partes.
d) duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente quando entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativa à lide.

27. **A citação não pode ser feita:**

a) pelo correio.
b) por oficial de justiça
c) por edital
d) pelo autor.

28. **No tocante às partes:**

a) toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos tem capacidade para estar em juízo.
b) toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos possui capacidade postulatória.
c) toda pessoa que possui apenas capacidade de direito tem capacidade processual.
d) toda pessoa relativamente incapaz não tem capacidade processual, devendo ser representado pelos pais ou representante legal.

29. **Não se constitui em uma condição da ação:**

a) possibilidade jurídica do pedido.
b) legitimidade das partes
c) ausência de litispendência.
d) interesse de agir.

30. **Assinale a alternativa correta:**

a) contestando o réu o direito que constitui fundamento do pedido, o autor poderá requerer, no prazo de 15 dias, que sobre ele o Juiz profira sentença incidente, se da declaração da existência ou inexistência do direito, depender, no todo ou em parte, o julgamento da lide.
b) se o réu não apresentar contestação, o Juiz o intimará para apresentação de provas.
c) se o réu não contestar a ação, o Juiz, verificando que não ocorreu o efeito da revelia, mandará que o autor especifique as provas que pretende

produzir na audiência.

d) o Juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo sentença, somente até o saneamento do processo.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

PRR 3ª REGIÃO
MPF

GABARITO PRELIMINAR

PROVA B3

	A	B	C	D			A	B	C	D			A	B	C	D	
01		■				11				■		21			■		
02		■				12	■					22			■		
03			■			13	■					23		■			
04	■					14	■					24		■			
05	■					15		■				25		■			
06				■		16		■				26			■		
07			■			17			■			27				■	
08				■		18				■		28	■				
09			■			19	■					29			■		
10			■			20				■		30			■		